

Imprensa antiga e... pasquins

JOLUMA BRITTO

Era Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, em 1736, quando já havia sido criada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a "Academia dos Felizes", associação protegida por aquele nobre português, quando apareceu a primeira tipografia do Brasil. Era o Conde um protetor desinteressado das letras que se transformava, assim, dentro da história nacional no país dos jovens de talento. Foi desse pequeno movimento literário, que congregava naquele cenáculo apenas trinta acadêmicos, que nasceu a idéia do lançamento no Brasil da primeira tipografia, ponto de partida para a evolução de nossa imprensa.

Vamos, apenas, conhecer superficialmente as lutas que se travaram entre os representantes dos governos da mãe-pátria e dos residentes no Brasil-colônia, aqueles sem pre receiosos da influência para eles nefasta da imprensa na conquista de nossa liberdade e independência.

Sabemos, foi o Conde de Linhares o único homem da Corte do Senhor D. João VI que vencendo idéias mesquinhas de outros fidalgos, depois de estabelecida a imprensa régia criou uma Junta, recebendo cada membro duzentos e quarenta mil réis ou, cruzeiros de nossos dias, como ordenado, e, fazendo com que se lançasse o primeiro periódico na Corte do Brasil em 10 de dezembro de 1808.

Esse jornal era impresso em um quarto de papel e se editava às quartas-feiras e sábados, publicando, unicamente, atos, decisões e ordens do governo e principalmente trazendo a público notícias de aniversários de membros da família real, início, naturalmente da "crônica social" de nossos dias, além de alguns comentários sobre os acontecimentos principais da guerra que Napoleão movia à Portugal.

Como não havia liberdade de imprensa desde aqueles idos de 1808 recorreu-se, então, ao expediente de fazer aparecer publicações nos países estrangeiros, e, daí o fato de se ter fundado em Londres naquele ano o "Correio Brasiliense", do qual foi redator e principal orientador, todos o sabemos, o ilustre e erudito brasileiro Hipólito José Soares da Costa. Posteriormente, em 1811, apareceu o "Investigador Português", outro jornal de relativo valor.

Depois, então, tomamos conhecimento da imprensa de São Paulo quando, em 1817, a Corte Portuguesa, cada vez mais temendo que a evolução da imprensa e principalmente sua divulgação favorecessem os pruridos de Independência que já moravam em todos os gestos e atos dos brasileiros, proibiu a leitura do jornal de Hipólito da Costa e do "Investigador" Português que já com outro, de nome "Campeão" eram considerados "publicações perigosas e perversas". O paulista não podia ler os jornais editados no estrangeiro, nem tinha o direito de receber livros que não trouxessem o beneplácito da "Corte." Os acontecimentos políticos, sociais, financeiros e religiosos eram reproduzidos nos serões familiares ou em conversas nos clubes recreativos, ou, ainda, nos estabelecimentos comerciais, nas farmácias e, naturalmente, não faltaria a "imprensa falada" à cargo das eternas comadres das esquinas e das ruas, comentadoras impecáveis dos pecadilhos alheios... Quanto aos fatos de maior relevância eram eles divulgados através de "Bandos", por um arauto que antes de os ler os anunciavam por intermédio de toques de "caxias" pelas ruas das vilas e cidades e, em seguida, afixados esses éditos à porta das igrejas, ou, então, nas Capitais apostos à porta das residências dos Governadores das Capitânias.

Já ocorrera isto em Campinas ao tempo em que fora proclamada Vila de São Carlos, em 14 de dezembro de 1797 quando da cerimônia da instalação e formação da antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Caminhos do Mato Grosso, primitivo nome de nossa cidade atual. Essas afixações, ao tempo, eram feitas sempre à porta de entrada da antiga igreja de Santa Cruz, hoje, Matriz de Nossa Senhora do Carmo.

Era natural que os fatos

fossem comumente adulterados, deturpados, principalmente no seio dos paladros da época e os boatos circulavam livremente, sendo impossível ao Governo conter a língua da população sobre o depoimento honesto dos acontecimentos políticos, principalmente.

E foi então que apareceu entre julho e agosto de 1823 um jornal bi-semanário, na Capital da nossa Província, com o título de "O Paulista", lançado por Antonio de Azevedo Marques; como fosse manuscrito e não impresso, cada exemplar era assinado pelo seu redator responsável, com a firma reconhecida por tabelião público, declarando este "ter visto fazer a assinatura" pois que, era ordem do Governo a Junta Diretora "da Tipografia Nacional" não consentir jamais que se imprimisse escrito algum sem que o nome da pessoa que deve responder pelo seu conteúdo esteja assinado e se publique o impresso..."

Do "plano" lançado por Azevedo Marques constava que "desgraçadamente, não tem sido possível à Província de S. Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias num País livre para dirigir a opinião pública, cortando pela raiz os boatos que os malévols não cessam de espalhar para conseguir seus fins ocultos e é mister lançar mão do único meio que nos resta. Deverá ser suprida a falta de tipografia pelo uso dos amanuenses que serão pagos por uma sociedade patriótica e aos quais incumbem escrever o número de folhas que devem ser repartidas pelos subscritores no dia determinado para sua publicação."

E assim se fez. Abriram-se quarenta assinaturas ao preço de 320 réis daqueles dias ou 3 centavos atuais, por mês, e como não era possível dar a cada assinante ou subscritor um jornal para cada um, era ele entregue à um leitor que, depois de se inteirar de seu conteúdo passava-o para a frente, para outro assinante... "Manuscrito por calígrafos notáveis o jornal se tornou mais fácil. E mais acessível, ainda, pela criação dos chamados pasquins, jornais anônimos que, manuscritos também, usando e abusando de uma linguagem exaltada e veemente, inflamados pelo espírito da época, com idéias de liberdade, punham

em perigo a estabilidade do regime daqueles dias.

O primeiro pasquim que apareceu em Campinas, na antiga Vila de São Carlos, surgiu no ano de 1822. Andou primeiramente pelas mãos do padre Francisco Fernandes Novais que o cedeu a Francisco Alves de Souza e foi acusado de tê-lo escrito o cidadão Angelo Custódio Teixeira ou Angelo Custódio Teixeira de Camargo, pertencente a uma das principais famílias da Vila. Apreendido esse pasquim pelo padre que o encontrara debaixo da porta de sua residência, foi levado ao Reverendo O. Bernardo José da Silva que por sua vez o encaminhou ao Capitão mor João Francisco de Andrade, naqueles torvos dias de política que infervizava Campinas e dividia seus cidadãos em campos opostos justamente no ano em que se proclamaria a Independência do Brasil.

Nesse pasquim, não se sabe porque motivo, alguns campineiros ou carolinos aqui residentes eram chamados de "sapatões", naturalmente considerado epíteto indecoroso ou injurioso para os políticos daqueles dias e a voz comum, conforme rezava um tópico do ofício com que foi encaminhado o jornalzinho àquela autoridade, "era de ter sido redigido o pasquim por Angelo Custódio para se vangloriar de seus inimigos." "Sapatões"! Um adjetivo que seria considerado vergonhoso, uma verrina política contra os senhores de partidos que começavam a se multiplicar tal qual como nos dias recentes, agora contidos por ato institucional do ano próximo findo de 1965. Possível que ainda mais em se levando em conta que eram os portugueses exaltados, conhecidos como pertencentes a um outro partido chamado dos "Corcundas", como assim se denominavam aqueles que eram fiéis à coroa portuguesa e que não se conformavam com a generosidade do Senhor D. Pedro I.

Há muita coisa curiosa e digna de registro, contada na minha "História da Cidade de Campinas" no setor do jornalismo local. Relatar tudo aqui seria difícil, mas, por aí se tem uma idéia, por pávida que seja, das dificuldades que a invenção de Gutenberg encontrou em todo Brasil quando amanhecia o patriotismo do povo brasileiro.

A PREFERIDA

LOTÉRIAS
O BALÇÃO DA SORTE EM CAMPINAS
NOSSOS CUMPRIMENTOS
A DIREÇÃO DO DIÁRIO DO FOLHÃO

A VIAÇÃO COMETA

ao ensejo da comemoração de fundação dos primeiros habitantes votos de prosperidade.

O C

"T

Sai

pa